

PORTO

FREGUESIAS DA ZONA HISTÓRICA JÁ MANIFESTARAM A SUA DISCORDÂNCIA

Rio defende extinção da fundação

É cada vez mais certa a extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica. Rui Rio sustenta que uma fundação é suficiente para promover o desenvolvimento social no Porto, alegando que é necessário racionalizar a gestão dos meios.

LÚCIA PEREIRA

O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, defende a extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica (FDZH). O autarca sustenta que o "serviço considerado válido" prestado por aquela entidade - reabilitação urbana e acção social - devem ser absorvidas, respectivamente pela Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) da Baixa e pela Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto (FDSP).

"Aquilo que a FDZH faz de útil não pode deixar de ser feito", frisou Rui Rio, na última Assembleia Municipal do Porto, apontando como solução a transferência da reabilitação do edifício para a SRU. "Nas valências sociais, deve ser efectuado um levantamento do que está a ser feito, que deverá ser repartido pela Segurança Social e pela FDSP", acrescentou, sublinhando que na área social "basta uma fundação". Recordou ainda que foi por esta razão que a Fundação para o Vale de Campanhã se transformou na FDSP.

De acordo com Rui Rio, a Câmara não tem meios financeiros para sustentar esta estrutura, pelo que é necessário efectuar uma "gestão racional". Para o autarca, não faz sentido que haja uma fundação por freguesia, embora, ironizadamente, até isso servisse

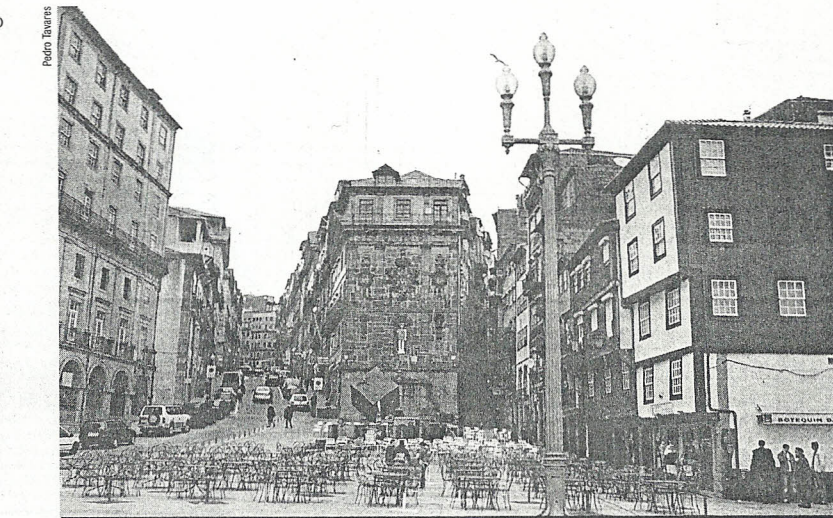
"para arranjar empregos a alguns amigos". Sustentou também que a FDZH foi um dos erros que contribuiu para a dívida de 60 milhões de euros herdada do anterior executivo socialista. "Quando não há dinheiro paga-se assim. Fica um buraco", disse, apontando os exemplos da Praça de Carlos Alberto, do Túnel de Ceuta e da envolvente do Hospital de Santo António.

Oposição apreensiva

A oposição não ficou satisfeita com as justificativas de Rio. O presidente socialista da Junta de Freguesia de São Nicolau, Jerónimo Ponciano, afirmou que "a FDZH sempre funcionou em pleno até 2002, tendo recuperado o miolo do centro histórico no Barredo". Referiu ainda que a Fundação tem estatutos próprios e que não pode haver extinção sem se ouvir o Conselho Geral, composto por 30 entidades, quatro

Para o autarca "basta uma fundação" a funcionar na cidade

junta de freguesia do centro histórico e diversas associações e instituições particulares de segurança social. O presidente da Junta de Freguesia da Sé, Barreto Ramos, também eleito pelo PS, levantou a questão



Há muito que se previa o fim da Fundação para Zona Histórica

do destino a dar ao património edificado da fundação, mas não obteve resposta. Para o deputado da CDU, Artur Ribeiro, ficam "dúvidas e preocupações", designadamente no que respeita ao destino dos trabalhadores. Segundo Rui Rio, "juridicamente não há problema". Revelou ainda que "todos os ministérios da Segurança Social com quem contactou tinham o mesmo entendimento - a FDZH está a mais", ressalvando que isto "não quer dizer que não se fizessem coisas com utilidade". Assim, tudo indica que quando terminar o protocolo em vigência, o actual ministro da Segurança Social, Fernando Negrão, opte pela extinção da FDZH.

FUNDAÇÃO

Futuro em causa desde 2002

A FDZH constituiu-se em 1990, com o objectivo de promover a melhoria das condições de vida e desenvolvimento da população local, através da intervenção em quatro domínios - reabilitação urbana, formação profissional e emprego, educação e animação sócio-cultural e cooperação com instituições e associações locais. Resulta de um protocolo, válido até Dezembro de 2004, entre a Câmara e o Estado, através da Segurança Social, sendo que a autarquia detém apenas 33 por cento do capital. Em 2002, o actual executivo reduziu as verbas destinadas à FDZH em 95 por cento. Desde então, paira uma grande indefinição sobre o seu futuro. Desde essa altura, funciona a meio gás, sem presidente e sem Conselho Fiscal, sendo administrada pelo vice-presidente do Conselho de Administração, Pária e Almeida.

RUI RIO APRESENTOU O BALANÇO TRIMESTRAL DA ACTIVIDADE DO EXECUTIVO

Polémica em torno da habitação regressa

Os despejos coercivos de inquilinos privados e a polémica em torno do Bairro Monte São João foram os temas fortes da última Assembleia Municipal (AM) do Porto. Rui Rio apresentou a actividade "mais relevante" do último trimestre. A discussão foi longa.

O autarca apontou a inauguração do Bairro Monte de São João como um aspecto positivo, mas criticou duramente o discurso da oposição que acusou o executivo de discriminar agregados com desempregados, pessoas a receber o Rendimento Social de Inserção e com filhos reclusos. Sublinhando que "a selecção das famílias é feita de forma justa", de acordo com as suas necessidades e possibilidades

económicas, acusou a oposição de "falta de seriedade e desonestidade intelectual" e de "instalar propositadamente a confusão".

A oposição contra-atacou, retomando a polémica em torno dos "despejos sumários", Artur Ribeiro da CDU apresentou o caso concreto de uma senhora de 71 anos, inquilina de um senhorio privado, que acabara de receber uma ordem de despejo com um prazo de 48 horas, porque a habitação corre risco iminente de ruir, mas não tinha para onde ir. "A Câmara não pode lavar as mãos como Pilatos.

Quando obriga a um despejo coercivo tem que garantir o realojamento das famílias, ainda que temporário", afirmou o deputado da CDU, sugerindo que a

DERRAMA

Taxa máxima

A assembleia fixou novamente uma derrama de 10 por cento, o máximo permitido por Lei, sobre a colecta do IRC dos empresários sedeados no concelho. De acordo com a proposta antontem aprovada, o produto do imposto será aplicado na execução de programas de habitação social e de reabilitação de áreas degradadas.

autarquia deve exigir uma indemnização pelo realojamento das famílias aos proprietários, quando os prédios forem reconstruídos. A questão dos despejos também foi abordada pelo PS, pela voz de Carlos Ribeiro, que apontou o caso de uma notificação de despejo feita 24 horas antes e fora do horário de expediente. "Não é uma questão jurídica, é humana e social", disse.

O presidente da Câmara do Porto retorquiu que "ninguém ficará debaixo da ponte" e garantiu que os despejos são acompanhados pela autarquia e pela Segurança Social.

No ponto da ordem de trabalhos destinado à apreciação da actividade e da situação financeira do município, Rui Rio ignorou as contas e destacou, em primeiro

lugar, a aprovação da SRU, do Prohabita e do Plano Director Municipal do Porto, instrumentos que servem a primeira prioridade do executivo - a habitação. Salientou ainda a solução para a Pedreira Trindade e a conclusão da envolvente do Hospital Santo António, "o último buraco à superfície que faltava tapar".

A oposição, optou por abordar outros aspectos. Até à 01h30 de ontem questionou o autarca sobre a Casa da Música, a situação do Batalhão de Sapadores Bombeiros, o Centro Materno Infantil do Norte, o destino do Palácio do Freixo e do Edifício Transparente e o andamento da linha do metro, entre outros assuntos.